



IV SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Educação Pública em Tempos de Reformas”

Dourados - MS, de 09 a 11 de Setembro de 2019

A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A NOVA OLIGARQUIA DO EMPRESARIADO

Yara Ligia Bambil Daros GARCIA (Uems-Campo Grande)¹

Eixo 1 - Políticas Educacionais

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade realizar um estudo sobre a atuação dos empresários, que compõem a parceria público-privada na educação brasileira, mais especificamente após 1989 com o Consenso de Washington, face à intensificação das políticas neoliberais para os países latino-americanos, que visam diminuir a atuação do Estado, com a implantação do Estado mínimo e conseqüentemente ampliação da atuação da iniciativa privada. Nesse contexto, o estudo perpassa pelo contexto histórico das políticas educacionais e suas conseqüências sociais, decorrentes da desvalia dos interesses humanos em relação aos do mercado e como a educação passa a ser vista como mercadoria, e meio de absorção de recursos governamentais para manutenção do *status quo* da alta burguesia. A metodologia foi composta pelo levantamento e análise de fontes documentais, bem como de artigos acadêmicos que discorreram sobre essa temática. Os resultados da pesquisa indicam que a responsabilidade social empresarial foi a justificativa encontrada pelo terceiro setor para, com amparo legal, atuar na educação de forma a atender não só seus interesses mercadológicos, caracterizados pela responsabilização e meritocracia às escolas e alunos, tratando-se de subordinação das escolas, e subsunção dos alunos, sendo estes os futuros trabalhadores que estarão ao dispor das classes dominantes, bem como aos interesses financeiros, considerando o volume expressivo de recursos destinados à manutenção dessas parcerias. Além de apontar para a necessidade de se aprofundar os estudos para uma análise dos resultados pedagógicos e financeiros desse modelo educacional, bem como da contribuição dessas parcerias para uma sociedade mais justa e competente possibilitando assim, ao progresso social sustentável e perene, considerando que educação de resultados, nem sempre irá corresponder a educação de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Políticas educacionais; 2. Política neoliberal. 3. Parcerias Público-privada

¹ Acadêmica do programa de pós-graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Educação - PROFEDUC, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. E-mail: yaraligiamestrado@gmail.com

EDUCAÇÃO EM DISPUTA

Estudar a educação e suas políticas públicas é imprescindível partindo da premissa de que a escola é um locus formativo da sociedade e de que o conhecimento pode se constituir em um dos determinantes de desigualdades sociais, pois saber interpretar e formar juízo independente é a base da autonomia intelectual da sociedade e das possibilidades de embates sociais, por essa razão a escola se constitui um campo de disputas de interesses e de ideologias.

As mudanças impostas ao sistema educacional a partir das últimas décadas, acarretaram no desmonte da essência primordial da educação fazendo da escola local de disputa e de submissão aos anseios capitalistas e do educador um mero transmissor de conhecimento raso e vem análise crítica, assim para Saviani o educador passe a ser mero treinador (SAVIANI, 2007).

Corroborando com esse cenário, uma declaração do então Presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn, ao afirmar que entre as medidas econômicas que concorreram para o otimismo dos investidores no atual mercado brasileiro, estão dentre elas a reforma da educação e as parcerias público-privadas. Constata-se, assim, que o próprio Estado vem atuando em favor do privado em detrimento do público.

Contudo a educação, que é um direito fundamental do cidadão brasileiro foi colocada como direito de todos pela primeira vez, na Constituição de 1934, artigo 149, e como pode-se analisar, já era vista como uma mercadoria para atender interesses da vida social e também econômica, conforme o texto

A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolver num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934).

Portanto exequível observar que embora não tenha sido exposto de forma clara em que sentido a educação “possibilite eficientes fatores da vida econômica da Nação”, o fato é que a educação já estava sendo considerada como algo além ao propósito de formação intelectual e moral. Portanto a lógica da “racionalidade financeira”, parte integrante do ideário neoliberal de reforma e enxugamento do

Estado (SAVIANI, 2007), já fazia parte da política educacional na chamada “Nova República”.

Nesse introito, fica evidenciado que a educação brasileira definitivamente está passando por tempos difíceis, devido políticas de desarticulação do sistema educacional, que mesmo mediante duras críticas, continua a todo vapor rumo ao “processo de reconfiguração, no qual o empresariado passou de interlocutor privilegiado do poder público para mentor das políticas educacionais” (MARTINS; KRAWCZYK, 2018).

Então qual a relação entre educação e economia na nação? Quais interesses estão em jogo no cenário nacional e internacional? Para responder a essas questões é necessário se fazer uma análise histórica.

Contexto Histórico das Políticas Públicas para educação no sistema capitalista

Partindo da crise do capitalismo em 1929 e a conseqüente ascensão dos Estados Totalitários e a possibilidade de sua expansão, o que culminou na tensão mundial entre o capitalismo (liderado pelos Estados Unidos) e o socialismo (liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) materializada pela Guerra Fria, ou seja, um grande embate com disputa de influência, a nível mundial, entre essas duas grandes potências, motivando esses governos a realizar fortes investimentos na expansão da tecnologia e da educação por meio de programas de melhoria do ensino da ciência, de matemática e de línguas estrangeiras, (HAMPEL, 1986).

Além do cenário de disputa político-econômica, também houveram grandes influência ideológica, como foi a chamada Doutrina Truman em que o governo norte-americano se dispunha a ajudar todo e qualquer país que se sentisse ameaçado pela União Soviética. Dessa forma surgiu o *American way of life* ('estilo americano de vida'), cujo *ethos* americano passa a ser referência para o *American Dream* (sonho americano), expressão utilizada para demonstrar as diferenças da qualidade de vida entre o capitalismo e o socialismo.

Assim a Doutrina Truman colaborou na implantação do chamado Estado do Bem-Estar Social (*welfare state*) nos países capitalistas, como uma forma de garantir que o Socialismo ficasse restrito ao Leste Europeu, todavia com a crise de 1929, o capitalismo precisou de adaptações, nesse contexto, influenciado pelo economista inglês John Maynard Keynes, passou a apregoar que o Estado de Bem-Estar Social deveria estender alguns direitos sociais aos trabalhadores e intervir no mercado, evitando-se novas crises.

A essa forte intervenção estatal na dinâmica do capitalismo liberal decorreram críticas neoliberais embasada na descaracterização de suas funções e principalmente constituindo-se, também, em obstáculo à dinâmica de acumulação do capital. Em 1944 com a obra, “O Caminho da Servidão”, de Friedrich August Von Hayek, os neoliberais apresentavam a regulação para novas bases do capitalismo, de ataque a todo intervencionismo econômico estatal, ao Keynesianismo e ao Estado do Bem-Estar Social, colocando em seu lugar o Estado mínimo, como agente regulador e controlador dos serviços públicos, que passam a ser vistos como mercadoria.

Sob a influência desse cenário mundial, o Brasil convoca a Assembleia Nacional Constituinte e posterior aprovação da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205 define “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, ficando ainda mais evidente a lógica mercadológica da nova política educacional brasileira.

No ano seguinte, representantes de instituições e economistas de perfil neoliberal, promoveram o Consenso de Washington (1989), encontro no qual, culminou uma série de recomendações visando o desenvolvimento e ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina e inserção desses países no mercado internacional, inclusive com liberação de financiamentos via Banco Mundial e outros organismos de regulação da política capitalista internacional. Essa inserção seria por meio de mudanças na configuração de responsabilidades entre o poder público e a sociedade; criação de bases legais para implementação de políticas educacionais para suposta superação da crise educacional latino-americana, sob forte influência do modelo americano visando a expansão do ensino público e a diminuição dos baixos indicadores de rendimento estudantil.

Mediante tal intervenção norte-americana, visando sua consolidação como líder capitalista, Gentili argumenta que “A América Latina estaria enfrentando, assim, uma profunda crise de gerenciamento (...). Na ótica neoliberal, essa crise expressa a incapacidade do Estado para administrar as políticas sociais” Gentili (1998, pg.17). A partir disso o modelo educacional norte-americano, passa a ser referência para o sistema educacional brasileiro, exemplo disso é a adoção da meritocracia por meio da criação de um sistema de avaliação nacional das escolas. Para KRAWCZYK é o *think tanks* do governo norte-americano, ou seja, instituições formadas por especialistas

para influenciar a sociedade e decisões na política, por meio da transferência de políticas e práticas sociais para os países latino-americanos.

Nos EUA, como em tantos outros países, a educação moderna tem buscado responder às necessidades do sistema de produção capitalista. Necessidade não apenas de maior capacidade técnica, mas também de indivíduos disciplinados e condicionados para trabalhar e inculcar valores sociais, entre outros. (KRAWCZYK, 2018, pg. 60).

Um exemplo de *think tanks* são as escolas charters e os programas de voucher e neovoucher que fazem parte de um sistema educacional americano, que segundo David Berliner esses modelos educacionais não mostram evidências de sucesso, ao contrário, estão prejudicando os sistemas educacionais públicos, por meio de evasão fiscal e de transferência de recursos que seriam da rede pública para a rede privada; pouca fiscalização; formação centrada na prática o que prejudica a qualidade; baixos salários e desregulamentação do trabalho docente. Isso somado a constatação do professor Reardon de que as lacunas no desempenho escolar entre os pobres e os ricos, independentemente da raça, nunca foram maiores.

Neoliberalismo na educação brasileira

Após o Consenso de Washington, o Neoliberalismo ganha força no Brasil no governo de Fernando Collor de Mello. E em março de 1990, a ONU, Banco Mundial e outras instituições, realizaram a Conferência de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, ocasião em que o Brasil participou e foi signatário do documento final. A “Declaração Mundial de Educação para Todos” que definiu para educação do século XXI as competências sócioemocionais, tecnológicas e para a sustentabilidade, dispostas no Relatório Delors como os quatro pilares da educação, sendo: aprender a aprender; aprender a fazer; aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros; e aprender a ser.

Essa política global de educação teve continuidade no ano de 2015, em Nova York, quando os 193 Estados-membros da ONU firmaram a adoção do documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2015 e 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, visando assegurar uma série de medidas para desenvolvimento sustentável da humanidade, conforme objetivo 4 assegura que até 2030 haja educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e em todos os níveis.

Desde então o Brasil vem buscando criar condições para atender a essas deliberações, para tanto o MEC foi incumbido de elaborar um plano nacional para o cumprimento dessas metas e como resultado foi criado o Plano Decenal de Educação para todos (1993-2003) que balizou as políticas e reformas neoliberais implantadas, redefinindo papéis e responsabilidades do Estado, principalmente por meio da intervenção governamental nos mecanismos de financiamento da educação, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), e posteriormente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Na sequência, com o Plano Nacional de Educação – PNE para o decênio de 2000-2010, e o novo PNE aprovado como a Lei nº 13.005/2014, para o decênio de 2014 a 2024.

Em ritmo de franco fortalecimento neoliberal, o governo sancionou a Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017) que estabelece novas diretrizes e bases para o Ensino Médio, em que entre outras mudanças, propôs alterações curriculares, ensino em tempo integral e ensino técnico.

No geral as políticas educacionais neoliberais implantadas no governo de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, tiveram continuidade no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, prevalecendo a concepção de que a educação pública deveria atender às necessidades do mercado e servir para a formação de mão de obra (AMARAL, 2013).

Para Roberto Leher, no que diz respeito à educação básica, o governo Lula optou por seguir os critérios ditados pelos setores dominantes e expressos pela política privatista e neoliberal contida no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, consolidando parcerias empresariais com o governo, tais como a organização Todos pela Educação, em que participam grandes empresas. Assim houve o impulso para surgimento de fundações e instituições que passaram a assumir parte da responsabilidade do Estado. É o caso das OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público por meio da Responsabilidade Social influenciadas pelas experiências das organizações e das fundações estadunidenses, consolidando as *think tanks* que atuavam no campo educacional, e também seguindo recomendações do Banco Mundial que condicionavam os empréstimos internacionais do Brasil e de outros países latino-americanos, às mudanças, visando diminuir a atuação do Estado.

Parceria Público-Privada na educação

Essas políticas públicas neoliberais, ganharam força ao alegar que a ‘falência’ da escola pública brasileira é atribuída à ingerência dos recursos públicos e das políticas públicas destinados à educação básica. E para serem viabilizadas o orçamento público da educação passa a ser desviado para negócios privados, fazendo da educação a bola da vez em um mercado altamente lucrativo.

Nessa nova onda de *laissez faire laissez passer*, a reforma educacional passa a inculcar novos valores como a competição, a meritocracia e bonificações, o empreendedorismo e voluntariado, são algumas das características da ofensiva de doutrinação para criar a base ideológica da educação que as classes dominantes desejam implantar em nosso país.

Esse favorecimento dos empresários pode ser visto no caso da Kroton que está empenhada em aumentar substancialmente os “ativos em educação básica”, cujo mercado está em evidencia. Conforme entrevista do jornal Valor Econômico, em que cita um levantamento da consultoria Hoper, o mercado de colégios particulares movimenta R\$ 67 bilhões ao ano no Brasil, enquanto o das universidades envolve R\$ 55 bilhões. Por gerar mais dinheiro face ao número de alunos bem com o pela obrigatoriedade constitucional, a educação básica passa a ser o alvo do empresariado brasileiro, que passa a ver a educação básica não apenas como fonte de lucro, mas também como um nicho de mercado estável e confiável.

Nesse contexto neoliberal, é condição *sine qua non* que o Estado seja mero complemento às estruturas econômicas do sistema capitalista ou seja uma estrutura totalizadora de comando político para controle do capital (MEZAROS, 2002). Assim as propostas reformistas em educação não representam mais do que as estratégias do próprio capital para manutenção de seu status conservador.

Educação - para quê e para quem?

Ao analisar esse contexto histórico das políticas educacionais no cenário capitalista, fica evidente a necessidade de se repensar o papel da educação em seu devir social, para garantia da autonomia intelectual da nação, mesmo não estando o sistema do capital “aberto” para tal. Isso é essencial por conta das limitações que o sistema do capital impõe sobre a produção das ideias e conseqüentemente da produção cultural, considerando que “a educação não pode ser determinada automaticamente pelos interesses dominantes em cada momento histórico” (MÉZÁROS, 2002, pg. 26).

Educação não deve ser vista como um meio de manter o status quo de uma parte da sociedade em detrimento de outra. Segundo Leher “a agenda dos setores dominantes sustenta que a formação [...] da classe trabalhadora deve ser ajustada para o trabalho simples, daí a defesa de competências básicas – minimalistas, podemos dizer – a serem aferidas ferreamente por testes padronizados” (LEHER, 2014, pg. 14).

A subordinação da educação às necessidades do mercado também traz como problemas, segundo SAVIANI a “pedagogia da exclusão”, ao dizer que trata-se de preparar os indivíduos para se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos (SAVIANI, 2007). Outro problema é que impacta diretamente sobre a questão salarial dos professores na medida em que o número de alunos que este tem por classe não interfere no valor do salário, mas que indubitavelmente interfere na qualidade do serviço prestado. Conforme Croso, em um estudo sobre a educação neoliberal, o que determina a qualidade da educação são as condições materiais, de infra-estrutura e do material didático ao invés da docência (CROSO, 2007) configurando a precarização da docência, evidenciada no novo ensino médio no Brasil, por meio da flexibilização curricular e da contratação de professores sem certificado, o que também causa a desregulamentação da docência e o aligeiramento da formação dos estudantes face à diminuição da carga horária e de disciplinas obrigatórias em detrimento da formação para o trabalho.

Ao refletir sobre esse cenário, é inevitável pensar na concepção de trabalho alienado no pensamento de Marx, quanto o trabalho do professor passa a não ter o sentido correspondente ao significado dado pelo conteúdo efetivo, isto é, quando o sentido pessoal do trabalho separar-se de sua significação, imbricados pela falta de liberdade de atuação docente, quando se coloca apenas como mediador entre o aluno e os conteúdos, não exercendo seu papel de agente de transformação pela análise crítica dos fatos, nesse sentido o trabalho docente passa a ser meramente pela remuneração.

Considerações finais

Estamos vivenciando a volta do governo oligárquico, onde ao invés dos grandes fazendeiros, quem está no controle são os grandes empresários e segundo Krawczyk

o cenário educacional que se apresenta no limiar do século XXI vivifica, sob o fetiche da modernidade e da democratização, os

fundamentos neoliberais que se aprofundam nas décadas seguintes (KRAWCZYK, 2000, pg. 59).

Nesse novo modelo educacional que vem para atender, de um lado aos interesses de uma minoria liderada pelo empresariado brasileiro, e de outro por um Estado mínimo, que se coloca como mero regulador e que transfere para a “sociedade”, mais especificamente para seus parceiros, as responsabilidades pela sua manutenção e pela suposta garantia de qualidade.

Assim o que se vê são projetos que implementam a formação técnica desnudada de qualquer tipo de criticidade e de aprofundamento intelectual, mas que forma trabalhadores indoutos e apolíticos.

Nessa seara de disputas, contextualizada pelas políticas neoliberais, a educação brasileira está sendo vista como uma mercadoria, concretizada pelas parcerias entre o público e o privado que ocorrem por meio de repasses vultuosos de recursos por parte do Estado, que em troca recebe uma educação supostamente “eficiente e de resultados”. Mesmo que isso custe a desvirtuação do que acreditamos ser o verdadeiro devir do ideal de educação, que é em sua essência ensinar conteúdos (da mais vasta forma de saber científico), sem deixar de lado a formação crítica e cidadão. Mas o que vemos é exatamente o contrário, considerando que no bojo dessas parcerias, a formação de professores é repensada de modo a garantir que a educação não ultrapasse a barreira da transmissão de conteúdos específicos, e de forma rasa face às condições postas à docência, como precarização do trabalho, desvalorização da profissão e baixos salários é que iniciativas como a proposta da “Lei da Mordaza” e o Novo Ensino Médio entram em vigor.

A exemplo do que já vem ocorrendo em outros países que aderiram ao sistema econômico-político neoliberal do Estado mínimo e do empoderamento do empresariado, que se utilizam da concepção de responsabilidade social para promover tais mudanças, conclui-se que essas propostas não são certeza de melhoria de resultados nas provas nacionais e internacionais. No entanto o que se percebeu por meio de vários estudos já realizados é que essa política de meritocracia, tem piorado os resultados.

Certamente o debate sobre qual modelo educacional é mais adequado, ou qual sistema educativo, ou mesmo qual currículo a ser adotado, são questões que tão logo não serão respondidas, mas é certo que face a grande importância social da educação, as mudanças precisam ser largamente debatidas pela sociedade e pelos

representantes de todas as esferas da educação brasileira. Sem pensar em uma transformação dessas condições não é possível conceber qualquer tipo de educação emancipadora. (MÉZÁROS, 2002)

Corrobora o pensamento de Paulo Freire ao defender sua ideia de que educação é política, “uma forma de intervenção no mundo”, portanto o professor tem um grande poder de tornar-se agente de transformação social, por isso a necessidade de desvalorizar essa profissão por aqueles que não tem interesse em formar cidadãos críticos. E continua ao dizer “e é uma imoralidade, para mim, que se sobreponha, como se vem fazendo, aos interesses radicalmente humanos, os de mercado”. Finalizo com a fala de Thomas Jefferson ao dizer

Não conheço nenhum depositário seguro para os poderes supremos da sociedade, que não as pessoas; e, se pensarmos que não são suficientemente esclarecidas para exercitar seu controle com critério, o remédio não é retirar o controle, mas instruir as pessoas por meio da educação. Esta é a verdadeira solução corretiva para os abusos do poder constitucional (JEFFERSON, 1789).

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002a.
- AMARAL, M. **Educação avança de forma tímida**. 15 de janeiro de 2013, *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/11569/>
- BRASIL. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 01/07/2019.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Presidência da República, 1996.
- CROSO, C. (coord.). **A concepção do Banco Mundial sobre desenvolvimento e educação**. In: HADDAD, Sérgio (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008, p.17-28.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 25ª Ed. Paz e Terra. 2002. P. 36-52, 2004.
- GENTILI, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HAMPEL, R. **A study of high schools the last litile citadel**. Horace's Compromise: The Dilemma of the American High School since 1940. Boston: Houghton Mifflin Company, 1986.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/ Instituto Liberal, 1987.

JEFFERSON, T. (March, 13 1789). [**Letter to Francis Hopkinson**]. Disponível em: [//www.let.rug.nl/usa/presidents/thomas-jefferson/letters-of-thomas-jefferson/jefl75.php](http://www.let.rug.nl/usa/presidents/thomas-jefferson/letters-of-thomas-jefferson/jefl75.php). Acesso em: 16 jun. 2016.

KOIKE, B. **Ensino básico atrai faculdades, fundos e até jogador de futebol**. Valor Econômico. São Paulo, 2017. Disponível em <https://www.valor.com.br/empresas/5113586/ensino-basico-atrai-faculdades-fundos-e-ate-jogador-de-futebol> Acesso em: 05 jul. 2019.

KRAWCZYK, N. **Brasil – Estados Unidos - A trama de relações ocultas na destruição da escola pública**. Campinas, SP: FE/UNICAMP; Uberlândia, MG: Navegando, 2018. p.59-73.

KRAWCZYK, N. **A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina**. In: KRAWCZYK, N.; CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

LEHER, R. **Organização, estratégia política e o Plano Nacional de Educação**. Blog Marxismo 21, 11 de agosto de 2014. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/R-LeherEstrat%C3%A9gia-Pol%C3%ADtica-e-Plano-Nacional-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARTINS, E. M. KRAWCZYK, N. **Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: o caso do movimento ‘Todos pela Educação’**. Revista Portuguesa de Educação. v.31, n.1, janeiro a junho de 2018.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORRIS, R. B. Documentos **Básicos da história dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

REARDON, S. **The widening achievement gap between the rich and the poor**. In: DUNCAN, G. J.; MURNANE, R. J. (Ed.). *Whither Opportunity*. New York: Russell Sage Foundation, 2011. p. 91-116.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores e Associados, 2007.

SAVIANI, D. **A Defesa da Escola Pública no Brasil: difícil, mas necessária**. Campinas, SP: FE/UNICAMP; Uberlândia, MG: Navegando, 2018.